



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ministério da Fazenda



trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

#### a) Ativos Contingentes

Os Ativos com incerteza total ou parcial de realização, apresentam provisão no montante da possibilidade de perda. Neste sentido, encontram-se registrados na rubrica "outros créditos", os repasses a maior efetuados à Caixa de Previdência do Banco (Capaf), conforme detalhado na nota nº 8, e, ainda, os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão relativa aos depósitos recursais baixados na Caixa Econômica Federal e que ainda se encontram em processo de conciliação no Banco.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas Trabalhistas	45.073	40.636
(-)Provisão p/devedores depósitos recursais (*)	(9.938)	(9.962)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	8.684	8.684
<b>Total (nota nº 8)</b>	<b>44.167</b>	<b>39.706</b>

(\*) Provisão constituída sobre os depósitos recursais baixados na CAIXA e que ainda se encontram em processo de conciliação no Banco.

#### b) Ações Trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco é réu, movidas por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, adicional de função e representação e outros.

#### c) Ações Fiscais

Estão ligadas a autos de infração e execução fiscal em que o Banco está sendo questionado com relação a tributos e condutas fiscais, movidas na grande maioria, por Prefeituras Municipais com relação ao cálculo e apuração do ISSQN.

#### d) Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível, consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, devolução de valores por revisão contratual, entre outras.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis, as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$25.278 (R\$22.767 em 2016).

#### e) Outras Contingências

Nos valores registrados em outras contingências constam provisões para cobrir saldos registrados no ativo de natureza de realização incerta, relacionados a processos de apuração interna, direitos a receber face contestação de contrato com fornecedor da área de tecnologia, bem como ações movidas por participantes da CAPAF, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

#### f) Provisões e Contingências Passivas

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações. A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

A movimentação das provisões para demandas judiciais, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões para Demandas judiciais - Prováveis	Exercício/2017	Exercício/2016
<b>Ações Trabalhistas</b>		
Saldo no início do período	50.478	62.286
Adições	66.605	29.440
Reversões	-	(2.888)
Baixas	(34.736)	(38.360)
<b>Saldo no final do período (nota nº 13.c)</b>	<b>82.347</b>	<b>50.478</b>
<b>Ações Cíveis</b>		
Saldo no início do período	61.187	77.631
Adições	36.944	54.230
Reversões	-	(8.080)
Baixas	(30.931)	(62.594)
<b>Saldo no final do período (nota nº 13.c)</b>	<b>67.200</b>	<b>61.187</b>
<b>Ações Fiscais</b>		
Saldo no início do período	1.845	1.660
Adições	1.436	185
Reversões	(1.613)	-
Baixas	(537)	-
<b>Saldo no final do período (nota nº 13.c)</b>	<b>1.131</b>	<b>1.845</b>
<b>Contratos Onerosos (Planos Saldados)</b>		
Saldo no início do período	732.363	719.430

Adições	63.485	85.896
Baixas	(73.767)	(72.963)
<b>Saldo no final do período (nota nº 25.b)</b>	<b>722.081</b>	<b>732.363</b>

#### Outras Contingências

Saldo no início do período	82.962	78.515
Adições	4.495	7.268
Baixas	(16.877)	(2.821)
<b>Saldo no final do período (nota nº 13.c)</b>	<b>70.580</b>	<b>82.962</b>
<b>Total</b>	<b>943.339</b>	<b>928.835</b>

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e não requerem provisão.

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Provisões para demandas judiciais - Possíveis	31.12.2017	31.12.2016
Causas Trabalhistas	22.492	3.900
Causas Cíveis <sup>(1)</sup>	178.825	98.528
<b>Total</b>	<b>201.317</b>	<b>102.428</b>

<sup>(1)</sup> Composto, substancialmente, por processos que questionam a revisão de contrato quanto à prestação dos encargos financeiros e capital (R\$33.415 em 31.12.2017 e R\$9.568 em 31.12.2016), a inexistência de débito (R\$32.572 em 31.12.2017 e R\$32.572 em 31.12.2016), pedidos de liberação de parcelas de financiamento (R\$20.662 em 31.12.2017 e não possuindo valor em 31.12.2016), observação de leis ambientais na concessão de crédito (R\$18.031 em 31.12.2017 e não possuindo valor em 31.12.2016), redução de penhora e cancelamento de hipotecas (R\$15.892 e R\$12.212 em 31.12.2016), revisão de valores cominados com danos morais e materiais (R\$13.161 em 31.12.2017 e R\$11.388 em 31.12.2016), dação em pagamento (R\$5.983 em 31.12.2017 e não possuindo valor em 31.12.2016), anulação e revisão de cláusulas contratuais (R\$5.274 em 31.12.2017 e R\$5.274 em 31.12.2016).

#### 15 Patrimônio líquido

##### a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	31.12.2017	31.12.2016
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	1.885.309	1.959.689
Valor patrimonial por ação (R\$) <sup>(1)</sup>	63,59	66,10
Valor de mercado por ação (R\$) <sup>(2)</sup>	25,00	28,10

(1) Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.

(2) Cotação de fechamento do mês, conforme B3 - Brasil Bolsa Balcão.

##### b) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2016) está representado por 29.645.967 de ações ordinárias nominativas (29.645.967 de ações ordinárias nominativas em 31.12.2016), escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	31.12.2017	31.12.2016
De domiciliados no país	29.645.696	29.645.699
De domiciliados no exterior	271	268
<b>Total</b>	<b>29.645.967</b>	<b>29.645.967</b>

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	31.12.2017		31.12.2016	
	Ações	% Total	Ações	% Total
<b>União</b>	<b>28.604.757</b>	<b>96,5</b>	<b>28.624.757</b>	<b>96,6</b>
Adm. direta - Min. da Fazenda	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração indireta	13.485.314	45,5	13.505.314	45,6
BB FGEDUC	10.429.301	35,2	10.437.551	35,2
BB FGO-Fundo Inv. em ações	3.056.013	10,3	3.067.763	10,4
<b>Demais</b>	<b>1.041.210</b>	<b>3,5</b>	<b>1.021.210</b>	<b>3,4</b>
<b>Total</b>	<b>29.645.967</b>	<b>100,0</b>	<b>29.645.967</b>	<b>100,0</b>

##### c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$22.730 (R\$23.539 em 31.12.2016) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$809 (R\$809 em 31.12.2016), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

##### d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros: